
Volume de processos novos impede Justiça de reduzir acervo de ações

Apesar de os juízes produzirem anualmente cada vez mais decisões, o crescente volume de processos novos que chegam todos os anos aos tribunais ainda impede a redução do acervo de ações judiciais. Levantamento do Conselho Nacional de Justiça aponta que, embora os juízes tenham dado decisão sobre 17,8 milhões de ações ao longo de 2013, a quantidade de processos que passaram a tramitar no ano passado foi ainda maior, aproximadamente 19,4 milhões.

Os dados estão no Relatório dos Resultados da chamada Meta 1, compromisso assumido pelo Judiciário de julgar, em 2013, mais processos que a quantidade de ações apresentadas à Justiça no ano. De acordo com o levantamento conduzido pelo Departamento de Gestão Estratégica (DGE/CNJ), a Meta 1 não foi atingida em 2013. Com isso, o número de novas demandas da sociedade à Justiça superou em 1,684 milhão de processos a capacidade de os juízes darem a primeira decisão judicial sobre as ações.

Contrariando os resultados nacionais de cumprimento da Meta 1, a Justiça Eleitoral deu resposta positiva ao desafio proposto. Os 403 mil processos julgados por seus magistrados em 2013 equivalem a 155% do número de ações que foram apresentadas ao longo do ano aos TREs: 259.080 ações.

Os magistrados do TRE do Pará se destacaram ao julgar dez vezes mais processos (11.446) que o estipulado pela Meta 1 (1.126). Os TREs de Goiás e o do Rio Grande do Sul também obtiveram elevados índices de cumprimento da meta — 386% e 361%, respectivamente.

Justiça estadual

O pior desempenho na Meta 1 entre os ramos do Judiciário brasileiro foi o da Justiça estadual, com 87,64% de cumprimento, índice que ficou abaixo da média nacional — 91,35%. O Tribunal de Justiça do Amapá, o da Bahia e o de São Paulo apresentaram os piores resultados no segmento, tendo cumprido aproximadamente 73% da meta.

Embora os percentuais dos três tribunais sejam semelhantes, o volume de processos em questão varia de acordo com o porte da corte. O TJ-AP julgou 48 mil dos 65 mil processos incluídos na meta, enquanto os magistrados do TJ-BA decidiram sobre 458 mil dos 623 mil processos. Juízes e desembargadores do TJ-SP deram decisões sobre 1,9 milhão dos 2,6 milhões de ações abrangidos pela meta.

Estoque de processos

Entre as soluções estudadas para reduzir o estoque de processos do Judiciário estão formas de racionalizar o sistema judicial, segundo o diretor do DGE/CNJ, Ivan Bonifácio. “A Justiça foi feita para respostas individuais a demandas individuais, mas precisamos de soluções de massa para problemas de massa”, afirmou. No Planejamento Estratégico que o Poder Judiciário adotará entre 2015 e 2019, existe a proposta de reduzir as demandas repetitivas.

Segundo a juíza federal Vânia Moraes, o atual Código Civil — em discussão no Congresso Nacional — foi feito para atender a demandas individuais e não a demandas de massa. Assim, o juiz não pode agrupar todas as ações idênticas e responder a todas elas em uma só decisão. Outra razão que aumenta o estoque de é o questionamento de temas que já foram pacificados pelos tribunais superiores por parte da

União, dos estados e dos municípios. Segundo ela, o setor público é responsável por 51% das demandas judiciais em tramitação no país.

Para diminuir o problema, a juíza propõe que os tribunais superiores identifiquem os temas repetitivos de repercussão geral que, como ainda não tiveram o mérito julgado, impedem o julgamento de milhares de ações nas instâncias inferiores, como discussões sobre a correção de índices de benefícios previdenciários. Uma vez mapeados os assuntos, os tribunais superiores priorizariam o julgamento deles, reduzindo, assim, boa parte do estoque.

O Núcleo de Apoio à Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal já faz triagem semelhante. Segundo Aline Dourado, servidora da unidade, desde que a Emenda Constitucional 45, de 2004, permitiu ao STF filtrar os recursos extraordinários que lhe são encaminhados de acordo com a relevância jurídica, política, social ou econômica, o Supremo já reconheceu a repercussão geral e julgou o mérito de 167 temas. Embora ainda haja 332 temas com repercussão geral reconhecida aguardando julgamento de mérito pelo Supremo, o número de recursos extraordinários apresentados ao STF caiu de 69 mil, em 2004, para 23 mil, em 2013. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Tribunais Superiores			
Tribunal	Distribuídos	Julgados	Cumprimento da Meta (%)
STM	817	880	107,71
TST	234.655	211.756	90,24
STJ	307.733	273.047	88,73
TSE	Dados não lançados	Dados não lançados	Dados não lançados
TOTAL	543.205	485.685	89.41

Justiça Federal			
Tribunal	Distribuídos	Julgados	Cump. Meta (%)
TRF-5	401.067	455.069	113,46
TRF-2	276.837	276.693	99,95
TRF-3	526.500	496.723	94,34
TRF-4	629.510	578.912	91,96
TRF-1	686.397	598.283	87,16
TOTAL	2.520.311	2.405.684	95,45

Justiça Estadual			
Tribunal	Distribuídos	Julgados	Cump. Meta (%)

Justiça Estadual			
TJ-SE	113.033	142.371	125,96
TJ-PR	797.325	892.373	111,92
TJ-MS	219.934	227.529	103,45
TJ-RR	41.935	43.019	102,58
TJ-PE	369.871	377.270	102
TJ-MA	300.296	305.830	101,84
TJ-MT	311.936	307.222	98,49
TJ-RJ	1.529.565	1.488.442	97,31
TJ-DF	299.049	289.420	96,78
TJ-RO	151.347	144.965	95,78
TJ-PA	195.519	185.711	94,98
TJ-PB	215.939	204.660	94,78
TJ-GO	375.555	346.315	92,21
TJ-TO	98.946	88.588	89,53
TJ-RN	197.178	175.243	88,88
TJ-PI	38.556	34.177	88,64
TJ-ES	239.245	208.647	87,21
TJ-MG	1.587.836	1.350.246	85,04
TJ-RS	1.295.338	1.099.938	84,92
TJ-AM	153.560	129.254	84,17
TJ-AC	80.210	65.757	81,98
TJ-SC	648.868	517.879	79,81
TJ-AL	118.428	94.227	79,56
TJ-CE	313.058	239.246	76,42
TJ-SP	2.601.175	1.913.088	73,55
TJ-BA	623.737	458.340	73,48
TJ-AP	65.662	48.243	73,47
TOTAL	12.983.101	11.378.026	87,64

Justiça do Trabalho			
Tribunal	Distribuídos	Julgados	Cump. Meta (%)
TRT-15	340.264	367.827	108,1
TRT-16	49.904	53.650	107,51
TRT-9	310.521	333.251	107,32
TRT-3	302.108	313.698	103,84
TRT-14	30.305	31.279	103,21
TRT-17	46.299	47.465	102,52
TRT-11	55.158	56.456	102,35
TRT-23	48.108	48.616	101,06
TRT-10	70.750	70.347	99,43
TRT-4	220.789	214.474	97,14
TRT-19	42.348	40.874	96,52
TRT-2	510.423	489.319	95,87
TRT-21	34.972	33.474	95,72
TRT-18	95.086	90.934	95,63
TRT-5	128.578	121.719	94,67
TRT-6	119.834	112.200	93,63
TRT-1	307.540	284.443	92,49
TRT-24	40.183	37.114	92,36
TRT-7	65.527	59.446	90,72
TRT-8	94.638	85.173	90
TRT-22	38.828	33.471	86,2
TRT-13	44.485	38.233	85,95
TRT-12	105.658	90.745	85,89
TRT-20	27.495	23.348	84,92
TOTAL	3.129.801	3.077.579	98,33

Justiça Eleitoral			
Tribunal	Distribuídos	Julgados	Cump. Meta (%)
TRE-PA	1.126	11.445	1016,43
TRE-GO	4.254	16.438	386,41

Justiça Eleitoral			
TRE-RS	5.962	21.528	361,09
TRE-BA	8906	29842	335,08
TRE-SC	4.670	14.468	309,81
TRE-PB	3.721	10.871	292,15
TRE-SP	30.234	81.557	269,75
TRE-MT	3.659	9.740	266,19
TRE-AM	2.826	6.268	221,8
TRE-RO	1.936	4.079	210,69
TRE-SE	3.252	6.136	188,68
TRE-RN	5.558	10.254	184,49
TRE-AP	444	724	163,06
TRE-DF	350	436	124,57
TRE-PR	25.312	29.264	115,61
TRE-AL	7.057	8.010	113,5
TRE-AC	1.977	2.141	108,3
TRE-RR	2.408	2.538	105,4
TRE-PE	15.496	16.182	104,43
TRE-MS	7.172	7.275	101,44
TRE-TO	8.317	8.423	101,27
TRE-RJ	22.325	22.607	101,26
TRE-ES	11.254	11.072	98,38
TRE-CE	15.069	14.040	93,17
TRE-MG	35.336	32.497	91,97
TRE-PI	12.016	10.511	87,48
TRE-MA	18.443	15.374	83,36
TOTAL	259.080	403.746	15.584

Justiça Militar			
Tribunal	Distribuídos	Julgados	Cump. Meta (%)
TJM-MG	1.963	2.509	127,81

Justiça Militar			
TJM-SP	2.020	2.173	107,57
TJM-RS	792	801	101,14
TOTAL	4.775	5.485	114,85

Date Created

15/04/2014